



Assembleia de Freguesia de Amora

Moção

O processo de construção do futuro Hospital do Seixal já vai longo e o Governo PS insiste em atrasá-lo continuamente com uma retemperada estratégica que ganha cada vez mais forma. Agora que o futuro Hospital constitui uma realidade incontornável essa estratégia consiste na tentativa de um projecto minimalista para o novo Hospital.

Numa lamentável atitude de incoerência e desonestidade política, e de desrespeito pelas populações e utentes da saúde da Região de Setúbal, o PS deu o dito por não dito, e na Assembleia da República votou contra o teor que aprovou e subscreveu na Assembleia Municipal do Seixal, subscrito unanimemente a 20 de Fevereiro passado por todas as forças políticas representadas (CDU, PS, PSD e BE).

Com o Projecto de Resolução n.º 488/X apresentado em 8 de Maio, o PCP confrontou os Deputados da Assembleia da República com a necessidade concreta de uma tomada de decisão política, relativamente a uma questão decisiva para o novo Hospital no Seixal: a dotação de camas de internamento e de um serviço de atendimento para situações de urgência que corresponda a uma adequada assistência hospitalar.

O Grupo Parlamentar PCP/PEV propunha que o Parlamento dirigisse ao Governo exactamente essa recomendação, que corresponde a uma firme exigência das populações e utentes a saúde – e desde logo a uma incontornável e inadiável necessidade ao nível da rede de cuidados hospitalares na Região de Setúbal. Em 6 de Junho de 2009 na Reunião Plenária n.º 89, o PS votou contra e a iniciativa parlamentar era rejeitada.

O PS não pode deixar de saber que, de acordo com os últimos estudos realizados, o número de camas de agudos em falta ultrapassa as 300; que das cerca de 520 camas do Hospital Garcia de Orta quase 100 são ocupadas por situações de urgência; que os serviços de internamento sobreocupados são incapazes de acolher novos doentes; que se multiplicam os casos de doentes que são enviados para casa com indicação para que o médico assistente proceda ao esclarecimento diagnóstico que o hospital não fez e deveria ter feito; que as soluções para a urgência e para o internamento não se conseguem dissociar; que segundo a comunicação social o número de queixa dos doentes sobe em flecha; que no mais recente estudo sobre a satisfação dos utentes nos hospitais o HGO fica sempre abaixo da linha de água. Todo este cenário é por demais demonstrativo que a capacidade de resposta do Hospital Garcia de Orta está à beira do colapso.

Apesar das avaliações técnicas para o futuro Hospital e a situação humanitariamente caótica que diariamente se vive no Hospital Garcia de Orta, a perspectiva apontada pelo Governo para o Hospital do Seixal vai no sentido de uma tipologia que exclui a referência a camas de internamento. Esse é o sentido político do Despacho n.º 13695/2009 por parte da Ministra da Saúde publicada em Diário da República de 4 de Junho que apenas assume que o futuro estabelecimento Hospital do Seixal seja dotada de um serviço de urgência básico.

O PS sabe que existem interesses privados na criação de hospitais na zona de influência do Hospital Garcia de Orta. Por isso a pergunta que alguns legitimamente começam a fazer é se não é essa a única razão para o PS vir a assumir-se contra um hospital público com internamento no Seixal. Só fortes e obscuras razões podem levar o PS a desautorizar e declarar a nulidade política dos seus eleitos nos respectivos órgãos autárquicos.

É preciso lutar por um “verdadeiro Hospital”. Parece que o Governo Sócrates não quer aqui um hospital mas sim uma espécie de SAP que, mesmo com cirurgias de ambulatório, depois reencaminhará os doentes ou para o Hospital Garcia de Orta ou para o Hospital do Barreiro.

No poder local Democrático e em todas as frentes de intervenção, os eleitos desta Assembleia continuarão a agir em defesa da construção do novo Hospital no Concelho do Seixal, com todas as condições e serviços necessários a que a população tem direito. É nesse caminho que urge prosseguir, e sempre ao lado das Comissões de Utentes de Saúde e de todos os cidadãos empenhados num serviço público de saúde de qualidade tal como consagra a Constituição da República Portuguesa.

Esta Assembleia hoje reunida pede esclarecimento ao Ministério da Saúde e pelos meios próprios informará a população de Amora sobre as razões das opções tomadas.

Amora, 25 de Junho de 2009.

O Presidente da Assembleia de Freguesia de
Amora



(Pedro Manuel da Silva Mogárrio)

- ❑ **Moção apresentada pelos eleitos da C.D.U.**
- ❑ **Aprovada por catorze (14) votos a favor e quatro (4) abstenções.**